

VIOLÊNCIA

Jorge Guaranho segue internado após invadir festa e atirar no tesoureiro do PT de Foz do Iguaçu (PR), Marcelo Arruda, que comemorava 50 anos. Força-tarefa investiga o caso

Policial penal tem prisão preventiva por homicídio

São Paulo - O promotor de Justiça Tiago Lisboa informou ontem que foi decretada a prisão preventiva do policial penal bolsionista Jorge José da Rocha Guaranho, que matou a tiros, na noite de sábado, o tesoureiro do PT em Foz do Iguaçu, Marcelo Arruda, que comemorava o aniversário dos seus 50 anos. Ele está internado em estado grave, porque foi baleado por Arruda, sob escolta da Polícia Militar e, quando se recuperar, será ouvido em audiência de custódia, como determinado pelo juiz plantonista. O corpo de Arruda, que também era guarda municipal e diretor do Sindicato dos Servidores Municipais de Foz (Sismuf), foi enterrado ontem à tarde no Cemitério Jardim São Paulo, em Foz do Iguaçu. Uma força-tarefa da Polícia Civil investiga o caso.

Segundo o promotor Tiago Lisboa, as investigações pretendem esclarecer a razão pela qual Guaranho estava nas imediações da festa onde ocorreu o crime. "Foi apurado preliminarmente na investigação de que ele seria membro de uma associação cuja sede é naquelas imediações ali, e que esses membros da associação tinham a incumbência de realizar rondas. A informação é de que ele poderia estar ali por conta dessa ronda externa que era realizada", explicou o promotor.

As investigações também irão analisar se no local do crime havia alguma identificação na parte externa que indicasse que se tratava de festa com conotação político-partidária. "Um ponto importante que está sendo esclarecido no âmbito do inquérito policial: é fundamental a gente identificar por qual motivo e por qual razão o Jorge esteve ali", disse Lisboa.



Corpo do guarda municipal Marcelo Arruda foi velado e sepultado, ontem à tarde, em Foz do Iguaçu

que entraram na corporação na mesma época que Marcelo participaram das homenagens, assim como familiares e amigos. O enterro, acompanhado por centenas de pessoas, foi às 15h30 dessa segunda (11/7), no Cemitério Jardim São Paulo, em Foz do Iguaçu.

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, informou que vai pedir a federalização das investigações, atribuindo a responsabilidade ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e à Polícia Federal (PF) por causa da natureza política do crime.

O líder da oposição no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede AF), afirmou que irá ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para responsabilizar o presidente por incitar a violência. "As instituições, candidatos e partidos comprometidos com a democracia têm a obrigação de reagir ao avançar da barbárie bolsionista. Ainda esta semana iremos propor representação ao TSE para responsabilizar Jair Bolsonaro por discursos de ódio e incitação à violência", disse.



Marcelo Arruda era também diretor do Sindicato dos Servidores Municipais de Foz do Iguaçu

A Secretaria de Segurança Pública do Paraná montou força-tarefa e designou a delegada Camilla Ceconello, chefe do Departamento de Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa do Paraná, para comandar a investigação do crime. A delegada da Polícia Civil Iane Cardoso foi afastada das investigações. A secretaria não informou a causa, mas a troca foi feita depois da divulgação de postagens de lances nas redes sociais contra o PT inclusive defendendo o impeachment da então presidente Dilma Rousseff (PT) e também criticando casos de corrupção envolvendo o partido.

A mulher de Marcelo Arruda, a policial civil Pâmela Suelen Silva, acompanhou o cortejo do enterro com a filha mais nova, de 40 dias de idade, no colo. O cortejo passou em frente à Guarda Municipal, onde o tesoureiro trabalhou durante 28 anos. "É uma extrema estupidez tudo isso que aconteceu, perder o pai dos meus filhos por um extremismo ridículo. Isso é horrível. A dor de toda a família é terrível", disse a mulher de Marcelo Arruda.

"IRREPARÁVEL" "É irreparável tudo o que está acontecendo. Espero que haja justiça e que acabe toda essa violência. Isso só causa tragédia", disse a esposa do tesoureiro durante o enterro. Guardas



Policial Jorge José da Rocha Guaranho defende Jair Bolsonaro nas redes sociais

Projetos ampliam pena para crimes políticos

GOVERNAR PENRO

Dois senadores apresentaram ontem projetos de lei para aumentar a pena de homicídios cometidos por intolerância política ou divergências de opinião. Os textos, assinados por Alexandre Silveira (PSD-MG) e Humberto Costa (PT-PE), se relacionam à morte de Marcelo Arruda, integrante da Guarda Municipal de Foz do Iguaçu (PR) e tesoureiro do PT na cidade paranaense. Na noite de sábado (9/7), ele foi assassinado pelo policial penal e militante bolsionista Jorge José Guaranho, durante sua festa de aniversário de 50 anos. A comemoração tinha temática petista. A ideia de Silveira e Costa estabelece margem de 12 a 30 anos de prisão para autores de crimes ligados à intolerância — atualmente, sentenças do tipo devem variar entre 6 e 20 anos.

Silveira, que fez carreira como delegado quer mudar a tipificação dos crimes dessa natureza, atualmente classificados como homicídios simples. A proposta é torná-los homicídios qualificados, o que geraria o acréscimo dos tempos de reclusão. "O homicídio qualificado é uma modalidade de homicídio do tipo quando a pessoa comete o crime por motivos fúteis, imorais, desprezíveis, entre outros. For isso, ao qualificar a intolerância política, estamos agravando o tipo do crime que, segundo o nosso Código Penal, tem uma pena superior, já determinada no próprio código", diz ao Estado de Minas.

Costa, presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, relaciona o atentado à postura de Jair Bolsonaro (PL). Para o parlamentar,

o presidente "patrocina" atos de violência política. Ele afirma que, se medidas não forem tomadas agora, pode haver escalada no acirramento durante o período eleitoral. Por isso, a ideia de aumentar o rigor do julgamento. "O projeto é uma maneira de tentar impedir que situações como essa se repitam e que o Brasil possa seguir o rumo que sempre teve até hoje — um país democrático que resolve suas diferenças políticas na eleição, democrática e pacificamente."

Nas semanas passadas, Costa se reuniu com Augusto Aras, chefe da Procuradoria-Geral da República (PGR), a fim de debater as investigações sobre violências políticas ocorridas no Brasil. Aras prometeu agilizar as apurações. No Congresso, há expectativa por oficializar, em breve, acordo sobre o tema com a PGR.

**TRAMITAÇÃO** Silveira propôs o endurecimento da pena no fim da manhã de ontem. Pouco depois, foi protocolada a sugestão do senador pernambucano. Segundo o parlamentar do PSD, é muito possível que os textos sejam unificados para que possam ser analisados conjuntamente pelos componentes do Legislativo. "Não importa de quem foi a ideia. Importa resolver o problema e impedir que casos como esse voltem a ocorrer", pontua o mineiro. "Não podemos mais assistir a casos como esse do último fim de semana e não dar respostas à sociedade de protesta."

Livrante coletiva em Brasília, o presidente do Senado e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-

MG), garantiu ontem que o texto apresentado por Silveira "merecerá toda a atenção" do Parlamento. Apesar de ressaltar a iniciativa, ele fez um apelo. "Isso (o projeto) não recupera o que já se perdeu aqui com esse acirramento a ponto de se ter violência no Brasil. Pode ser um aperfeiçoamento legislativo interessante, mas considero fundamentais a consciência dos cidadãos, a consciência dos líderes políticos e a atuação muito severa das forças de segurança", pediu.

Para Pacheco, Lula e Bolsonaro terão papel fundamental na busca pela pacificação do ambiente político. "A responsabilidade dos líderes políticos, em especial os que, juntos, têm quase 80% da preferência de voto nas pesquisas, é muito grande. Não adianta jogar a culpa um para o outro. Eles têm que repudiar qualquer ato de violência — praticado por um lado ou por outro. E isso é que a sociedade e as instituições esperam de um processo eleitoral".

Marcelo Arruda, que foi vice-candidato a prefeito de Foz do Iguaçu em 2020, era casado e deixou quatro filhos — um deles nasceu há pouco mais de um mês. Guaranho chegou à cena do crime em um carro onde também estavam sua companheira e uma criança. Para Silveira, os centros de referência de assistência social (Cra) precisam atuar no acolhimento dos parentes. "Imagino o sofrimento que essas famílias passam em momento como esse. Perder ente querido ter suas famílias dilaceradas por intolerância política é inaceitável", disse.

TRÊS PERGUNTAS PARA...

ALEXANDRE SILVEIRA SENADOR (PSD-MG)

1) O que leva o senhor a pensar que o aumento da pena de homicídio por intolerância política pode diminuir o incidência de casos do tipo?

Vivemos momento em que as discussões políticas passam dos limites, a intolerância vem prevalecendo e a barbárie, como neste caso de Foz do Iguaçu, passa a ser, infelizmente, mais frequente. Não podemos permitir que isso continue a ocorrer. Aumentar a punição para quem pratica este tipo de crime, qualificando a intolerância política no Código Penal, é uma forma de mostrar à sociedade e, principalmente, aos criminosos, que o Estado e as leis são fortes e as punições para este tipo de crime são severas.

2) Que cálculo o senhor fez para sugerir o aumento da pena para margem entre 12 e 30 anos?

O nosso projeto modifica a forma de tratamento desse tipo de crime, hoje classificado como homicídio simples, tornando-o homicídio qualificado. O homicídio qualificado é uma modalidade do homicídio doloso, quando a pessoa comete o crime por motivos fúteis, imorais, desprezíveis, entre outros. Por isso, ao qualificar a intolerância política estamos agravando o tipo do crime que, segundo o nosso Código Penal, tem uma pena superior, já determinada no próprio Código. Aproveito esse projeto, o crime de homicídio, quando praticado por questões de intolerância política ou partidária, ou outro motivo relacionado à divergência de opinião, passará de 6 a 20 anos de reclusão para pena de 12 a 30 anos.

3) Há ao menos mais um projeto de teor semelhante, de Humberto Costa (PT-PE). O texto do senhor pode ser juntado ao dele? É viável montar uma força-tarefa nesse sentido, para construir algo ainda mais forte?

Qualquer ação que tenha como objetivo coibir este tipo de ação é bem-vinda. Este é um problema urgente de ser resolvido, principalmente neste momento de extrema polarização política. Não podemos mais assistir a casos como esse do último fim de semana, em Foz do Iguaçu, e não dar respostas à sociedade. Temos o dever de ser contundentes, vigorosos e repudiar qualquer tipo de violência que venha atacar as divergências e pregar a intolerância no país. O meu projeto foi apresentado no fim da manhã de hoje; o do senador Humberto Costa foi apresentado em seguida. As nossas propostas deverão muito possivelmente serem apensadas e tratadas em conjunto. Mas não importa de quem foi a ideia, importa resolver o problema e impedir que casos como esse voltem a ocorrer. (GP)



BARBAN LISBONA/DA PRESS

Ao comentar assassinato de tesoureiro do PT no Paraná, presidente destaca a jornalistas que é contra a violência

# Bolsonaro: "O que tenho a ver com isso"

INGRID SOARES

Brasília – O presidente Jair Bolsonaro (PL) destacou ontem que é "contra qualquer ato de violência", ao comentar o assassinato do tesoureiro do PT em Foz do Iguaçu, Marcelo Arruda. "O que eu tenho a ver com esse episódio de Foz Iguaçu? Nada", disse ele a jornalistas no Palácio do Planalto. Ao ser perguntado se a polarização política contribuiria para episódios do tipo, Bolsonaro respondeu ser "contra qualquer ato de violência". "Somos contra qualquer ato de violência. Eu já sofri um (ato) disso na pele. A gente espera que não aconteça, obviamente. Está polarizada a questão. Agora, o histórico de violência não é do meu lado. É do lado de lá", observou.

O presidente disse que usou linguagem "figurada" quando falou em "fuzilar a petralhada" na campanha eleitoral de 2018. Questionado sobre um vídeo que voltou a circular nas redes sociais após a morte de Arruda, ele disse a um jornalista: "Sabe o que é sentido figurado? Você estudou português na sua faculdade ou não?", perguntou. "Olha, o Lula defende ladrões de celular, que é para tomar uma cervejinha. Ai está claro que ele está estimulando roubo de celular", completou.

Nas imagens do vídeo de 2018, Bolsonaro está em cima de um trio elétrico, pega um tripé de uma câmera de televisão para simular um fuzil e grita a seus apoiadores: "Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre, hein? Vamos botar esses picaretas para correr do Acre. Já que eles gostam tanto da Venezuela, essa turma tem de ir pra lá. Só que lá não tem nem mortadela, hein, galera... Vão ter de comer é capim mesmo", declarou. O PT chegou a entrar com uma ação contra Bolsonaro por



EVARISTO SÁ/AFP

“  
Eu já sofri isso na pele. A gente espera que não aconteça, obviamente. Está polarizada a questão. Agora, o histórico de violência não é do meu lado. É do lado de lá”

■ **Jair Bolsonaro**, presidente da República

causa da fala, mas, em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) a suspendeu porque a lei impede que o presidente seja responsabilizado por atos ocorridos antes do mandato.

"Querem me criminalizar o tempo todo. É o tempo todo batendo na mesma tecla, como se eu fosse responsável por ódio no Brasil. Pelo amor de Deus. Só falta daqui a pouco vir me culpar também por briga de torcida dado o time que eu torço", ironizou. Bolsonaro disse ainda não apoiar atos de violência. "Eu não apoio. Não estou do lado de ninguém que, pela violência, faz política". É voltou a falar de "guerra do bem contra o mal". "Não existe? Você acha que não existe uma guerra do bem contra o mal? Só tem um santo? Só tem

um santo assim? Olha o que o outro lado quer e olha o que o lado de cá defende", disse em referência ao PT.

Por fim, comparou o caso com o atentado sofrido em Juiz de Fora, em 2018. "O cara faz um boletim de ocorrência, diz ele que [o agressor] chega lá gritando 'sou Bolsonaro'. Eu não vi. E eles grafaram na Folha de S. Paulo: 'Bolsonarista mata'. Quando o Adélio me esfaqueou, ninguém falou que ele era filiado ao Psol.". Mais cedo, em conversa com apoiadores na saída do Palácio da Alvorada, o presidente voltou a comparar os casos. "Vocês viram o que aconteceu, né? Uma briga entre duas pessoas lá em Foz do Iguaçu. 'Bolsonarista, não sei o quê lá'. Agora, ninguém fala que o Adélio é filiado ao Psol, né?"

**LIRA** Já o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), divulgou nota repudiando atos de violência decorrentes de manifestações políticas, após o atentado contra o petista Marcelo Arruda. "A Câmara dos Deputados repudia qualquer ato de violência, ainda mais decorrente de manifestações políticas. A democracia pressupõe o amplo debate de ideias e a garantia da defesa de posições partidárias, com tolerância e respeito à liberdade de expressão", disse Lira. O deputado afirma que a campanha eleitoral está apenas começando e "conclama" todos "pela paz para fazer nossas escolhas políticas e votar nos projetos que acreditamos". "Está é a premissa de uma democracia plena e sólida, como a nossa", escreveu o presidente.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

**Seção:** Política **Página:** 4 e 5